

**Helenilce Aparecida da Costa Bernardo**

**O Ensino de História e a Educação para as Relações Étnico-Raciais**

**Universidade Federal de Juiz de Fora**

**Trabalho de Conclusão de Curso – Projeto de Intervenção**

**Polo: Santos Turma: A**

**Orientadora: Sonia Regina Miranda**

**Santos - 2019**

## **Apresentação**

Para realização do projeto de intervenção proposto como trabalho de conclusão do curso de especialização em História e Cultura no Brasil Contemporâneo, utilizarei como referência as ações desenvolvidas no processo de investigação e pesquisa durante o desenvolvimento do projeto intitulado “Conhecer Trajetórias para Transformar Histórias”, através do Programa de Iniciação Científica dos Núcleos de Pesquisas e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

O projeto surgiu a partir de observações realizadas durante anos de trabalho em escola pública. A percepção da participação de jovens negros/as em atividades e projetos evidenciou a ausência de protagonismo destes sujeitos no espaço escolar, causando alguns questionamentos sobre os motivos para esta realidade.

O projeto foi desenvolvido durante o ano letivo de 2018 com estudantes de Ensino Médio, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio, localizada em Poços de Caldas, Minas Gerais. Na perspectiva da Lei 10.639/03, procuramos refletir sobre a efetiva participação do/a estudante negro/a como sujeito no espaço escolar e investigar quais fatores o/a afetam em sua trajetória escolar estimulando ou desestimulando a continuidade e conclusão de seus estudos.

Pretendo demonstrar as principais dificuldades encontradas, alguns dos resultados obtidos e apresentar as propostas para sua continuidade como parte do projeto de intervenção.

### **Justificativa:**

Através da observação do espaço escolar e das práticas pedagógicas nas escolas de educação básica, podemos concluir que apesar da promulgação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História da África, cultura africana e afro-brasileira no currículo da educação básica, ainda há muito o que se avançar nas relações étnico-raciais estabelecidas no ambiente escolar, no sentido de promover uma educação mais democrática e antirracista.

Essa temática tem sido abordada em vários trabalhos acadêmicos desenvolvidos nos últimos anos, mas observamos um distanciamento entre o que se produz na academia e a realidade das práticas pedagógicas estabelecidas nas escolas de educação básica.

Nasci em uma cidade pequena, no sul de Minas Gerais, com população predominantemente branca. Tenho em minhas lembranças apenas uma família negra na cidade. Cresci em um núcleo familiar de pessoas brancas, onde as referências à negros/as eram preconceituosas e estereotipadas. Não identifico exatamente os motivos, mas esta realidade de alguma forma sempre me incomodou, assim como as aulas sobre escravidão negra no Brasil sempre me causaram indignação.

Posteriormente me casei com um homem negro e passei a conviver em um núcleo familiar diferente do meu. Me envolver neste contexto tão diferente do que conhecia, despertou em mim uma empatia maior com a realidade de negros e negras no Brasil. Passei a ter um olhar mais observador e crítico sobre as diferenças sociais causadas pela discriminação racial. Conviver diariamente com um homem negro me fez perceber de forma dolorosa a presença real do racismo em nossa sociedade. Com o nascimento dos meus filhos e com a trajetória escolar deles minhas observações e críticas sem ampliaram.

Na convivência próxima com a família de meu marido, ao ouvir os relatos de cunhados/as e sobrinhos/as, foi possível observar que a construção identitária deles/as se deu em meio à experiências marcadas por preconceito e racismo, em um cenário que talvez as situações mais importantes por eles vivenciadas tenham ocorrido dentro do ambiente escolar.

Mais tarde, com essa bagagem familiar, atuando como professora de História em uma escola de periferia, na qual grande parte da comunidade é de afro-brasileiros/as, ao longo dos anos pude perceber que o pertencimento étnico-racial não é considerado como fator importante ao se desenvolver planejamentos ou mesmo o projeto político pedagógico da escola. Também na observação do cotidiano escolar foi possível perceber que o grande número de estudantes

negros e negras, não se reflete diretamente em uma visibilidade desse/a estudante nas diversas ações da escola.

Entendo que a efetiva aplicação da Lei 10.639/03 não deve se restringir apenas à inserção do ensino do conteúdo de história e cultura afro-brasileira e africana, mas é urgente e relevante abarcar as questões étnico-raciais em nossos planejamentos no sentido de promover ações de combate ao racismo, que é parte estruturante da sociedade brasileira. Verificamos que os conflitos que envolvem questões raciais ainda estão muito presentes no cotidiano escolar, conforme afirma Nilma Lino Gomes:

A escola não é um campo neutro onde, após entrarmos, os conflitos sociais e raciais permanecem do lado de fora. A escola é um espaço sociocultural onde convivem os conflitos e as contradições. O racismo, a discriminação racial e de gênero, que fazem parte da cultura e da estrutura da sociedade brasileira, estão presentes nas relações entre educadores/as e educandos/as. (GOMES, 1996, p.69)

Nilma Lino Gomes e Rodrigo Ednilson de Jesus, desenvolveram um artigo a partir de pesquisa realizada e apresentam um panorama geral da pesquisa “Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na Perspectiva da Lei 10.639/2003”, que foi desenvolvida no âmbito do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afirmativas na UFMG e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-Raciais e Ações Afirmativas (NERA/CNPq), no período de fevereiro a dezembro de 2009. Sobre a pesquisa os autores destacam que

foi realizado um estudo em âmbito nacional e de natureza minuciosa e extensiva sobre o grau de enraizamento da Lei nos sistemas de ensino e das condições de sua implementação, bem como a análise in loco de práticas pedagógicas realizadas pelas escolas públicas estaduais e municipais do país. (GOMES; JESUS, 2013)

Através da pesquisa os autores revelam pontos importantes para reflexão sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e os

avanços obtidos a partir da promulgação da Lei 10.639/03. Destacamos dois pontos observados:

Nas várias escolas visitadas existem projetos significativos que estão sendo desenvolvidos por coletivos de profissionais e, ao mesmo tempo, em uma mesma escola, há docentes que desconhecem esse processo histórico, não conhecem a Lei 10.639/2003 e suas Diretrizes, ou mantêm um conhecimento superficial delas, inclusive de resistência, entendendo-as como imposição do Estado ou “lei dos negros”. (GOMES; JESUS, 2013)

É interessante observar que a conclusão da pesquisa sobre o desconhecimento e preconceito em relação a legislação por parte dos/as docentes reflete o que vemos em boa parte das escolas e os desafios que ainda temos pela frente.

Ao compreendermos que dentre os objetivos da Lei 10.639/03 estão reconhecer e valorizar as raízes africanas da nação brasileira; e promover a valorização da diversidade étnico-racial na construção da sociedade brasileira através da educação escolar, inserindo em seu currículo ao longo do ano letivo a abordagem das questões étnico-raciais e a relevante contribuição do povo negro no contexto político, social, cultural e econômico do Brasil, e não somente em datas específicas como o 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, concluímos que a não efetivação da legislação deixa importantes lacunas, negligenciando aos estudantes importantes conteúdos para sua formação e para o desenvolvimento pleno de uma cidadania democrática e plural.

### **Problematização:**

Alguns das situações encontradas por Nilma Lino Gomes em sua pesquisa “Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na Perspectiva da Lei 10.639/2003”, puderam ser observadas em nossa escola, como a presença de docentes que desconhecem ou conhecem superficialmente a Lei 10.639/2003 e outros/as que além do desconhecimento apresentam resistência para sua efetivação.

O núcleo de pesquisa formado por estudantes de Ensino Médio e sob minha orientação, se propôs a buscar respostas sobre quais as razões para que os

planejamentos anuais realizados por professores e professoras da educação básica não contemplam a história e cultura afro-brasileira e africana de forma a valorizar a contribuição do povo negro na construção da sociedade brasileira e porque a importante contribuição cultural deixada pelos povos tradicionais não tem sido ensinada em nossas salas de aula.

Questionamos o desconhecimento da Lei 10.639/03 por diversos educadores e educadoras, e dessa forma observamos que identidade étnico-racial não tem sido considerada pela maioria dos docentes na construção dos seus planos de aula. Quais os motivos para que o caráter plural dos/as estudantes não seja levado em conta para o desenvolvimento de atividades e projetos e porque as diferenças étnico-raciais não são pensadas por grande parte dos docentes?

Podemos pensar algumas possíveis causas para que não haja a efetiva aplicação da Lei 10.639/03 nas escolas de educação básica por todo país. Uma possibilidade é ausência de medidas e ações promovidas pelas secretarias estaduais e municipais de educação no sentido de oportunizar espaços de estudo e discussão da legislação e sugestões para sua aplicação.

Kabengele Munanga, antropólogo e pesquisador das questões da população negra em temas como democracia racial, branqueamento, negritude e sistema de cotas, faz uma importante consideração sobre a formação dos professores e professoras na apresentação do livro “Superando o Racismo na Escola”,

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional.  
(MUNANGA, 2005, p.15)

Munanga destaca que os professores e professoras são fruto da educação e formação que receberam e que na maioria das vezes não possuem o preparo necessário para enfrentar os desafios apresentados no cotidiano escolar sobre as relações étnico-raciais. As marcas eurocêntricas pela educação recebida, estão presentes em muitas de nossas práticas educativas. Munanga observa

que consciente ou inconscientemente reproduzimos os preconceitos que estruturam a sociedade brasileira.

Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade. (MUNANGA, 2005, p.15)

Neste sentido compreendemos que a formação de professores e professoras é a maneira mais eficaz para desconstruir estes preconceitos decorrentes da educação eurocêntrica que receberam e dessa forma interromper a reprodução destes preconceitos nas salas de aula de nossas escolas.

O material didático é outro fator importante neste contexto. Observamos que a maioria dos livros didáticos não estão alinhados com a legislação. Se até mesmo os livros de História ainda possuem uma narrativa de não valorização do protagonismo negro na história do Brasil, em outras disciplinas essas lacunas são ainda maiores. Como exemplo podemos citar a ausência de textos de autores negros nos livros de Língua Portuguesa.

O antropólogo e pesquisador ainda alerta sobre os instrumentos de trabalho utilizado por professores e professoras,

Partindo da tomada de consciência dessa realidade, sabemos que nossos instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituoso em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental. (MUNANGA, 2005, p.15)

Ana Célia da Silva, também no livro “Superando o Racismo na Escola”, em seu texto “A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático”, destaca que

No livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência. (SILVA, 2005, p.21)

Apesar de observarmos na última década uma iniciativa do poder público para a efetivação da Lei 10.639/03 através da produção didática voltada para a educação básica pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), contemplando de forma mais ampla conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, ainda é necessário um investimento maior neste sentido, sobretudo se considerarmos o atual contexto político e social do nosso país caracterizado por retrocessos em áreas fundamentais para uma sociedade democrática e plural.

O contexto político e social atual do Brasil deve ser considerado como ameaça ao trabalho desenvolvido nos últimos anos por educadores e educadoras que se empenharam para o avanço nas questões étnico-raciais no âmbito escolar e também por movimentos sociais, com a atuação do movimento negro em diversos espaços da sociedade brasileira.

Apesar do negacionismo se apresentar como fenômeno no Brasil nas últimas décadas, percebemos que atualmente alguns temas tem ganhado força através de discursos de políticos que estão em evidência, como o atual presidente que faz declarações em diversos momentos de que “nunca houve golpe militar em 1964”, usando o termo “revolução de 1964” ou ainda declarações de que “Essa coisa do racismo, no Brasil, é coisa rara”, declaração feita no programa Luciana By Night, para a apresentadora Luciana Gimenez, em 7 de maio de 2019.

O historiador Arthur Lima de Avila, em sua publicação na página Café História, intitulada “Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos”, afirma

recentemente, várias iniciativas empresariais e intelectuais, das quais a mais conhecida talvez seja o Brasil Paralelo, têm reconfigurado a história da ditadura civil-militar (1964-1985), minimizando tanto sua violência como seu autoritarismo e buscando reabilitá-la enquanto um “momento fundacional” da

democracia brasileira, já que teria abortado uma “revolução comunista” supostamente em curso durante o governo de João Goulart. (AVILA, 2019)

Acredito que o debate sobre estes conteúdos deve estar cada vez mais presente em aulas de História e demais disciplinas de Ciências Humanas, deve ser realizado em termos racionais e científicos, com base em argumentos sólidos e fatos históricos, demonstrando aos/as alunos/as que História é uma ciência como todas as outras e como tal exige critérios científicos para elaboração de teses e não apenas opiniões baseadas em ideologias políticas.

Por último podemos pensar que após essas medidas, pudesse haver uma fiscalização nas ações pedagógicas desenvolvidas nas escolas e nos planejamentos feitos pelos docentes, no sentido de monitorar se a legislação tem sido aplicada efetivamente.

Se faz necessário promover práticas pedagógicas que desconstruam narrativas que ocultaram a relevante contribuição do povo negro no processo histórico de construção da sociedade brasileira, com o objetivo de promover a valorização da identidade, da cultura e da história dos negros e negras no Brasil. Entendemos que à medida que essas ações forem implementadas em nossas escolas, iniciaremos um processo de transformação nas relações étnico-raciais, promovendo um resgate da identidade étnica dos/as nossos/as estudantes negros/as e conseqüentemente oportunizando a valorização destes sujeitos no espaço escolar.

### **Metodologia e Detalhamento do projeto**

Nilma Lino Gomes e Rodrigo Ednilson de Jesus em seu artigo “As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa”, escrito a partir de uma pesquisa que teve por objetivo identificar e analisar as iniciativas desenvolvidas por escolas de redes públicas de ensino e as práticas pedagógicas realizadas na perspectiva da Lei 10.639/2003, apontam

Entende-se que, para avançar na compreensão do desenvolvimento da política antirracista na educação por meio da implementação da Lei

10.639/2003 e suas Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como conhecer seus limites, saber ações e opiniões de gestores, docentes e estudantes, faz-se necessário mapear e analisar as práticas pedagógicas que vêm sendo realizadas e ouvir os principais sujeitos desse processo. (GOMES; JESUS, 2013)

Neste sentido, durante o desenvolvimento do projeto desenvolvido em 2018, procuramos fazer um mapeamento e uma análise das práticas pedagógicas em nossa escola. Inicialmente montamos um grupo com docentes interessados pelo tema e utilizamos com referência os Indicadores da Qualidade na Educação Relações Raciais na Escola, material desenvolvido pela Ação Educativa em 2013, um instrumento de apoio a processos de autoavaliação participativa escolar, comprometido com o fortalecimento da gestão democrática. Os Indicadores Relações Raciais na Escola são compostos por indicadores vinculados a sete dimensões: relacionamento e atitudes; currículo e prática pedagógica; recursos e materiais didáticos; acompanhamento, permanência e sucesso; a atuação dos/das profissionais de educação; gestão democrática; para além da escola.

Realizamos uma assembleia que teve como objetivo envolver os diversos grupos que compõe a comunidade escolar, familiares e responsáveis, estudantes, professores e demais servidores da escola, assim como gestão e coordenação pedagógica, em uma roda de conversa para avaliar as ações da escola relacionadas à questões étnico-raciais.

A utilização dos Índiques como instrumento de avaliação ampliou a esfera de ação inicialmente pensada pelo núcleo de pesquisa e oportunizou o envolvimento da comunidade escolar nas ações desenvolvidas pelos estudantes/pesquisadores.

Dessa forma, a avaliação se deu de maneira mais sistematizada tendo em vista que os Indicadores são,

um instrumento que permite à comunidade escolar avaliar suas práticas, ao tempo em que descobre novos caminhos para construção de uma educação com a marca da igualdade racial.

Essa metodologia participativa orientou a própria elaboração dos indicadores, desenvolvidos por meio de amplo trabalho coletivo por iniciativa da organização não governamental Ação Educativa. (CARREIRA; SOUZA, 2013, p.4)

Nas etapas seguintes nos concentramos nos turnos matutino e vespertino e realizamos um censo de declaração étnico-racial e a aplicação de questionários sobre a trajetória escolar com alunos/as negros/as que indicaram o desejo de participar da pesquisa, eles preencheram questionários com perguntas relacionadas a sua trajetória escolar, com espaço para relatar situações vivenciadas por eles. A partir da leitura destes relatos o núcleo de pesquisadores selecionou os/as estudantes para participar dos grupos focais.

A etapa final com os/as estudantes foi a realização de grupos focais, com auxílio de estudantes do curso de psicologia da PUC Minas. As reuniões aconteceram nos meses de setembro e outubro. Foram formados dois grupos no turno matutino e dois grupos no turno vespertino. Realizamos duas reuniões com duração de 75 minutos com cada grupo, todas foram filmadas e posteriormente alguns relatos foram transcritos. Os grupos foram formados por sete ou oito estudantes, negros/as, maioria do sexo feminino que participaram relatando suas experiências no espaço escolar, três estudantes do décimo período do curso de Psicologia que mediarão as conversas e dois estudantes do núcleo de pesquisa que atuaram apenas como observadores.

Os grupos focais nos permitiram utilizar da história oral e valorizar as vivências individuais dos estudantes. Através dos relatos dos estudantes foi possível compreender como estes jovens vivenciam o preconceito, racismo e discriminação racial na escola e confirmar algumas de nossas percepções.

Nos grupos foram discutidos temas como racismo no espaço escolar, discriminação racial, discriminação da mulher negra, violência a jovens negros, racismo estrutural e institucional, cotas étnico-raciais, desigualdades étnico-raciais etc.

## **Plano Ação**

A escola onde estamos inseridos conta com uma boa parte de docentes que se mostra sensível às questões sociais, direitos das minorias e valorização do protagonismo juvenil. Temos uma gestão preocupada em promover uma educação cidadã e democrática, mas percebemos que mesmo neste contexto pensar uma educação para as relações étnico-raciais é um processo ainda desafiador assim como a efetiva aplicação da Lei 10.639/03.

Como parte do desenvolvimento do projeto e com o objetivo de dar continuidade em suas ações, estabelecemos uma série de reuniões com professores, professoras e coordenadoras pedagógicas, para através do trabalho coletivo traçar ações no sentido de promover uma educação para as relações étnico-raciais, contemplando o direito à diferença e a valorização da presença dos/as alunos/as negros/as, estimulando seu protagonismo no espaço escolar.

Os conhecimentos adquiridos e as diversas reflexões realizadas iniciaram um processo de transformação em nossas práticas educativas com o objetivo de contemplar conteúdos relativos à história e cultura afro-brasileira e africana através de projetos e aulas, também de promover a efetiva participação dos/as jovens negros no espaço escolar. Foram envolvidos professores e professoras de diversas disciplinas se propuseram a pensar essas atividades, como exemplo, as professoras de Língua Portuguesa trabalharam o livro “Quarto de Despejo”, obra de Carolina Maria de Jesus, através da leitura desenvolveram atividades com a temática étnico racial e a superação das barreiras raciais. Através desta ação também objetivaram a valorização de escritores negros que normalmente não tem suas obras indicadas para leitura nas escolas.

Outra iniciativa importante foi a realização de um festival de Slam, que além de promover o protagonismo juvenil, divulgar a poesia falada como gênero literário, oportunizou um espaço de reflexão e discussão sobre questões de preconceito racial e social. Devido ao sucesso do projeto entre os/as estudantes, o festival foi realizado em duas edições.

Durante o desenvolvimento do projeto percebemos a resistência e até mesmo preconceito de alguns colegas professores com o tema. Novamente afirmamos

que a formação de professores e professoras se propõe como um caminho efetivo para a desconstrução dos preconceitos presentes na educação e consequente transformação das relações étnico-raciais na escola, dessa forma foram criados espaços de reflexão e discussão sobre assuntos referentes a temática étnico-racial, como exemplo, foi oferecida uma oficina com um professor da PUC Minas em torno do tema cultura e religiões afro-brasileiras.

### **Proposta de Continuidade**

A obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o médio em todo o país, confronta os professores e professoras com o desafio de promover uma educação para as relações étnico-raciais.

A legislação propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana e salienta que professores e professoras devem promover em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, valorizando negros e negras como sujeitos históricos.

Percebemos que o desenvolvimento do projeto tem movimentado toda a escola, envolvendo direção, supervisão, docentes e estudantes despertando para a importância de abordar a temática das relações étnico-raciais no espaço escolar de forma sistematizada e contínua, portanto no início do ano letivo de 2019 foi oportunizado espaço para que professores e professoras pensassem de forma coletiva a continuidade de ações já desenvolvidas.

Nilma Lino Gomes destaca que é preciso compreender o currículo como parte do processo de formação humana, neste sentido “descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar”. (GOMES, 2012) O caráter conteudista dos currículos empobrece a educação e não contribui para a formação cidadã dos/as estudantes.

Neste sentido e também a partir da proposta de projeto de intervenção do curso de especialização em História e Cultura no Brasil Contemporâneo, foram desenvolvidas propostas de ações pedagógicas com o objetivo de dar continuidade ao trabalho já desenvolvido.

Entendemos que a educação é o principal instrumento transformador da sociedade e acreditamos que o processo de transformação se dá a partir de ações sistematizadas que promovam espaços de reflexão e debates, despertando o pensamento crítico dos/as estudantes, Munanga destaca que

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (MUNANGA, 2005, p. 17)

Inspirada nas palavras de Munanga sobre o poder da educação, para o segundo semestre de 2019 desenvolveremos um projeto interdisciplinar envolvendo professores e professoras de Língua Portuguesa, Artes, Sociologia, Geografia e História que tem como objetivos principais:

- Identificar características geográficas do Continente Africano
- Conhecer povos e reinos da África pré-colonial
- Compreender a Diáspora Africana e a formação do povo brasileiro
- Reconhecer e identificar os países africanos e sua diversidade cultural
- Valorizar a história oral e cultura material africanas
- Conhecer sobre a cultura africana: língua falada, alimentação e vestuário
- Promover a desconstrução de estereótipos presentes na sociedade.

O projeto de intervenção se dá a partir da continuidade de todas as práticas desenvolvidas na escola desde o início do ano de 2018 e a ampliação de suas ações envolvendo um maior número de professores e professoras.

Entendemos que o trabalho interdisciplinar se mostra como um importante e eficaz caminho para desenvolver práticas pedagógicas efetivas que promovam uma desconstrução de concepções eurocêntricas de conhecimento e

oportunizem espaços de ensino-aprendizagem abrangendo diferentes disciplinas e professores que através da troca de experiências tem a oportunidade de construir um planejamento que ofereça aos/as estudantes uma aprendizagem que valorize a presença do povo negro na formação da sociedade brasileira. A pesquisadora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, em seu texto “Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras”, também presente no livro “Superando o Racismo na Escola”, destaca

No âmbito escolar e acadêmico, as Africanidades Brasileiras constituem-se em campo de estudos, logo, tanto podem ser organizadas enquanto disciplina curricular, programa de estudos abrangendo diferentes disciplinas, como área de investigações. Em qualquer caso, caracterizam-se pela interrelação entre diferentes áreas de conhecimentos, que toma como perspectiva a cultura e a história dos povos africanos e de descendentes seus nas Américas, bem como em outros continentes. (SILVA, 2005, p.161)

As atividades serão desenvolvidas com turmas de segundos e terceiros anos do Ensino Médio no período matutino, nos meses de outubro e novembro de 2019. Serão utilizados como recursos didáticos, livros, filmes e biografias de personalidades negras.

Língua Portuguesa: As professoras de Língua Portuguesa irão trabalhar o livro *Estórias Abensonhadas*, do autor moçambicano Mia Couto. No qual por meio de um conjunto de contos pode ser observado, através de mitos e lendas, um pouco da cultura e do imaginário africano.

Artes: A arte africana e suas influências. Serão trabalhados elementos da cultura dos povos africanos como danças, músicas, instrumentos musicais, pintura etc., estabelecendo relação entre manifestações artísticas africanas e brasileiras.

Sociologia: Em Sociologia será trabalhado o conceito de “raça” e etnia, com o objetivo de discutir a valorização das diferentes manifestações culturais e

através de debates será discutida a importância e a necessidade das cotas raciais nas universidades públicas.

Geografia: Em Geografia serão apresentados aspectos geográficos do Continente Africano e sua composição geopolítica.

História: Em História serão apresentadas as civilizações africanas anteriores à colonização europeia e biografia de personalidades negras que marcaram seu tempo.

A culminância das atividades será na semana da Consciência Negra com exposição dos trabalhos desenvolvidos pelos/as estudantes.

Objetivamos com este trabalho envolver estudantes e professores/as de forma a dar continuidade na implementação do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no Ensino Médio em conformidade com a Lei 10.639/03, promovendo o resgate da identidade dos/as afro-brasileiros a partir de suas raízes históricas e combater todas as formas de racismo presentes no espaço escolar.

A primeira atitude corajosa que devemos tomar é a confissão de que nossa sociedade, a despeito das diferenças com outras sociedades ideologicamente apontadas como as mais racistas (por exemplo, Estados Unidos e África do Sul), é também racista. Ou seja, despojarmo-nos do medo de sermos preconceituosos e racistas. Uma vez cumprida esta condição primordial, que no fundo exige uma transformação radical de nossa estrutura mental herdada do mito de democracia racial, mito segundo o qual no Brasil não existe preconceito étnico-racial e, conseqüentemente, não existem barreiras sociais baseadas na existência da nossa diversidade étnica e racial, podemos então enfrentar o segundo desafio de como inventar as estratégias educativas e pedagógicas de combate ao racismo. (MUNANGA, 2005, p. 18)

A partir do reconhecimento que o racismo é um dos principais fatores estruturantes das desigualdades e injustiças sociais na sociedade brasileira, tendo como ponto de partida que o racismo e a discriminação racial estão presentes no espaço escolar, acreditamos que o desenvolvimento deste projeto

de intervenção tem o potencial de transformar as relações étnico-raciais na escola.

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.”

Nelson Mandela

### **Referências:**

AVILA, Arthur Lima de. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos. Site: **Café História**, história feita com cliques. 2019. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Acesso em 27 de julho de 2019.

CARREIRA, Denise; SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola**. São Paulo: Ação Educativa, 2013.

GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. **Cadernos Pagu: raça e gênero**, Campinas: Unicamp, v. 6-7, p. 67-82, 1996.

GOMES, NILMA LINO ; JESUS, R. E. . **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa**. Educar em Revista (Impresso) , v. 47, p. 19-33, 2013.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos**. Currículo sem Fronteiras , v. 12, p. 98-109, 2012.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Ana Célia da. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático in Superando o Racismo na escola. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

**Anexos:**



Figura 1: Início de realização da pesquisa Fonte: Acervo da pesquisa



Figura 2: Reuniões semanais do Núcleo de Pesquisa Fonte: Acervo da pesquisa



Figura 3: Autoavaliação Participativa com os Indicadores de Qualidade na Educação  
Fonte: Acervo da pesquisa



Figura 4 Reunião Grupo Focal 1 – Turno Vespertino Fonte: Acervo da pesquisa



Figura 5 Núcleo de Pesquisa - Encerramento do projeto em 2018 Fonte: Acervo da pesquisa



Figura 6 Oficina com tema cultura e religiões afro-brasileiras